

PROJETO ELEIÇÕES LIMPAS E REFORMA POLÍTICA COMO ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA

Sérgio Luiz Gadini

Thaís Helena Ferreira Neto Oliveira

Resumo:

A crise de legitimidade da representação política no Brasil se agravou nos últimos anos, principalmente devido ao encarecimento financeiro das campanhas eleitorais, onde os partidos tradicionais se tornam reféns ou 'porta-vozes' dos interesses de grupos pautados por interesses econômicos. Neste contexto, o financiamento empresarial (privado) das campanhas se torna, cada vez mais, um problema público, ainda que a grande maioria dos atuais representantes dos principais partidos políticos insiste em ignorar, resistindo às mudanças sociais. Lançado pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) em 2014, o Projeto Eleições Limpas tornou-se uma das formas de aglutinação de diferentes grupos e movimentos sociais de todo o Brasil em torno de uma proposta de atualização das estruturas eleitorais em nível nacional. Entidades sindicais, estudantis, empresariais e de outros diferentes grupos integram a 'frente' de apoio ao projeto sob gestão do MCCE. A adesão de tais organizações revela um pouco da complexa pluralidade que marca a sociedade civil no Brasil, neste início do século XXI. O presente texto discute o Projeto como um espaço de aglutinação destes variados setores da sociedade civil a partir da busca de alternativas à crise de representação no campo político brasileiro.

Palavras-chave: Projeto Eleições Limpas; Sociedade civil; Campo político no Brasil; Movimentos sociais em rede.

'ELEIÇÕES LIMPAS'S PROJECT AND THE PRUPOSE OF A POLITICAL REFORM AS AN ORGANIZING STRATEGY FOR BRAZILIAN SOCIETY

Abstract:

Representation of political legitimacy crisis in Brazil worsened in recent years, mainly due to the financial enhancement of election campaigns, where the traditional parties become hostages or 'spokespersons' for interests of groups guided by economic interests. About this, the private corporate finance campaign becomes increasingly a public issue, although the vast majority of current representatives of main political parties insist on ignoring, resisting social change. released by "Movimento de Combate à

Corrupção Eleitoral" (MCCE) - a social movement to combat the electoral corruption - in 2014. The project called 'Eleições Limpas' became one of the forms of assemblage of different groups and social movements from all over Brazil a proposed update of the nacional electoral structures. Unions, students, and business and other groups are part of the project. Membership of such organizations reveals some of the complex plurality that marks brazilian society since the beginning of XXI century. Thus, this paper discusses the project as an assemblage space these various sectors of society from searches for alternatives to the crisis of political representation in Brazil.

Keywords: Eleições Limpas Project; Civil society; Political field in Brazil; Social movements online.

Introdução

O presente texto parte de alguns apontamentos conceituais, como esfera pública, sociedade civil, campo político e movimentos sociais. Tais conceitos visam contribuir com o debate em torno do Projeto Eleições Limpas (a partir de agora apresentado como PEL), proposto pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) no Brasil.

A atual legislação eleitoral brasileira, desde o final da última ditadura militar (1964-85), quando o País passa a contar com uma nova constituição (1988), foi legitimando alguns vícios, negociados no congresso nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), com o aval do poder judiciário (Tribunal Superior Eleitoral) e do próprio poder executivo, favorecendo principalmente os grandes partidos políticos.

Entre os benefícios que as maiores legendas partidárias contam inclui-se o acesso ao fundo partidário – distribuído entre os partidos, a partir do número de parlamentares em nível federal no mandato vigente –, a garantia de uso do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), também distribuído pelo percentual dos partidos no congresso nacional, e assegura horário em rede nacional de rádio e televisão aos candidatos dos partidos tradicionais durante as disputas eleitorais. Como se vê, em tais situações, os partidos tendem a se manter na máquina estatal, seja por alianças eleitorais ou por negociações em apoio aos mesmos candidatos nos estados e regiões.

A mudança de grupo político no governo federal brasileiro, com a eleição de um dos principais partidos de oposição em novembro de 2002 (com o

presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores) criou um clima de expectativa. Mas, logo se confirmou que, com o crescimento eleitoral, o PT passa a usar os mesmos métodos de financiamento de campanha, que as velhas legendas (PFL/Demos, PSDB, PMDB ou PP) já estavam habituadas. Enquanto isso, os pequenos partidos de esquerda, que não usam tais métodos e possuem acesso limitado aos recursos de financiamento eleitoral, registram dificuldades para a disputa.

Com tais vícios, as campanhas foram se tornando cada vez mais caras, se tomarmos por base 20 ou 10 anos passados. É neste contexto que a crise de legitimidade da representação política no Brasil se agravou nos últimos anos, na medida em que os partidos tradicionais se tornam reféns ou ‘porta-vozes’ dos interesses de grupos pautados por interesses econômicos. Assim, o financiamento empresarial (privado) das campanhas se torna, cada vez mais, um problema público, ainda que a maioria dos atuais representantes dos principais partidos insiste em ignorar, resistindo às mudanças sociais. Ainda que, em termos retóricos, quase todos falem em ‘reforma política’.

O PEL, que visa uma reforma política de iniciativa popular, pode ser uma oportunidade de expressão da democracia com reais condições de se consolidar e tornar-se Lei no Congresso Nacional, através de 1,5 milhão de assinaturas, conforme prevê a legislação brasileira, que considera lei de iniciativa popular um projeto com um mínimo de 1% do total de eleitores do País (estimado em mais de 150 milhões em 2015) para ser apresentado ao congresso nacional. E, como proposta, o Projeto gera debates sobre temas como cidadania, políticas públicas, expressão dos movimentos sociais e formação da opinião pública.

Diferentes grupos e movimentos sociais de todo o País fazem parte do MCCE e, conseqüentemente, apóiam o PEL. Há uma Coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, que realiza ações periódicas para a coleta de assinaturas ao Projeto, defendendo a urgência de atualizar as estruturas eleitorais em nível nacional. Deste modo, o texto apresenta o Projeto (PEL) como um espaço de aglutinação de variados setores da sociedade civil a partir da busca de alternativas à crise de representação no campo político brasileiro.

Com base em um levantamento empírico, o texto apresenta dados da divulgação do projeto Eleições em sites mantidos por entidades ou movimentos sociais do País, considerando os espaços informativos dedicados a discutir o assunto. O recorte da pesquisa considera maio de 2015, por se

tratar do mês em que a reforma política foi discutida no Congresso Nacional. Para análise, foram considerados os sites Adital, *Brasil de Fato*, Fórum Nacional de Democratização da Mídia (FNDC), Pulsar Brasil e *Revista Fórum*, todos espaços da internet que divulgam conteúdos de interesse de variados movimentos sociais brasileiros.

A reforma política pelo Projeto Eleições Limpas

O PEL constitui-se em uma proposta de reforma política por iniciativa popular que busca aperfeiçoar o atual sistema eleitoral e as respectivas formas de financiamento. O MCCE pretende arrecadar 1,5 milhão de assinaturas para apresentar o Projeto ao Congresso Nacional.

O Movimento é composto por 54 entidades representativas da sociedade civil como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), União Nacional dos Estudantes (UNE), Confederação Nacional de Saúde (CNS), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Delegados de Polícia Federal ADPF), entre outras. O Movimento foi responsável pela Lei 9840 de combate à corrupção eleitoral¹ e a Lei da Ficha Limpa².

Até o primeiro semestre de 2015, são aproximadamente 670 mil³ assinaturas coletadas em papel e outras 100 mil assinaturas digitais registradas ao PEL. Oportuno considerar que, no início, o ponto forte da coleta era via internet, através dos sites⁴, mas isso foi revisto, considerando

1-Promulgada em 1999, a Lei foi criada com força da população que coletou 1.039.175 assinaturas, dando origem à Lei de iniciativa popular. Possui caráter de conquista por um sistema político mais democrático ao combater a compra de votos e o uso da máquina pública. www.mcce.org.br
2-Iniciativa teve por base a Lei Federal 9840 (setembro/1999), criada com objetivo de acabar com a compra de votos e o uso da máquina administrativa durante os períodos eleitorais na esfera municipal, estadual ou federal. Sancionada em junho de 2010, a Lei da Ficha Limpa, segunda mobilização do MCCE, também contou com apoio da sociedade, em que foram coletadas 1.604.815 assinaturas. www.mcce.org.br

3-Dados do site www.reformapoliticademocratica.org.br. O equivalente a 51,33% do objetivo proposto, considerando 770 mil assinaturas (on-line e impressas), aproximadamente.

4-Através dos sites da Coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas (www.reformapoliticademocratica.org.br) e do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (www.mcce.org.br).

alegação do Congresso Nacional de que tais documentos deveriam ser apenas impressos. Desde setembro de 2014, ocorreu migração ao formulário impresso, a partir do surgimento da Coalização pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, constituída por 112 entidades da sociedade civil. Portanto, é possível imprimir o formulário de assinaturas e colaborar com a divulgação da campanha, montando pontos de coletas. Capitais e cidades do interior colaboram com o Projeto, disponibilizando cópias do formulário em lugares públicos (estratégicos) para assinaturas.

Em Ponta Grossa, Paraná, por exemplo, desde o lançamento do projeto para coleta de assinaturas, em 16 de julho de 2014, o MCCE PG realiza uma série de atividades para colaborar com o 1,5 milhão de adesões. Com base nos materiais de divulgação disponibilizados pelo site da Coalização, foram realizadas ações pontuais para coleta de assinaturas e explanação do projeto, como as efetuadas no Terminal Central em dezembro/2014 e a deste ano, amparada pelo Cultura Plural, projeto de extensão do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), realizada na Estação Saúde. Os formulários de apoio ao projeto também ficam disponíveis na entrada da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossas (ACIPG), no curso de Jornalismo da UEPG, nas celebrações das Paróquias da Diocese de Ponta Grossa, na Rádio Sant'Anna (AM 900) e cultos da Associação dos Ministros Evangélicos (AME) da Cidade.

De acordo com a coordenação do MCCE, não há data limite para a coleta, pois o Movimento não se pauta pelas eleições 2016. Com base no PEL, as empresas seriam retiradas do financiamento de campanhas e, muito provavelmente, as disputas teriam menos candidatos e mais propostas, além de mais liberdade de expressão on-line. Hoje, o MCCE aponta como principais problemas do atual sistema o personalismo, muitos candidatos e poucas propostas, aliado ao crescente valor de mercado, transferência ou até compra de votos e criminalização do uso da internet e das redes sociais.

De acordo com o Projeto, tratando-se de eleições, o Brasil tem uma das menores participações femininas do mundo. Para a proposta, nas eleições proporcionais, seria assegurado o mesmo número de cadeiras, respeitando alternância de sexo e paridade⁵.

O Projeto também prevê eleição proporcional para deputados e vereadores em dois turnos, defendendo a valorização da proposta do partido

5-Dados do Mulher na Política revelam que a participação da mulher no parlamento no Brasil é de 8,6%, na América 25% e no mundo 20%.

e do candidato. No primeiro turno o voto seria do partido, que apresentará conteúdo programático. No segundo turno, os candidatos que integram a lista partidária apresentam suas propostas. Com essa medida, o PEL objetivava valorizar o partido como instituição política, combate partidos de aluguel e reduz custos de campanha. A votação em dois turnos nas eleições proporcionais limitaria a força dos ‘puxadores’ de voto, que elegem bancadas sem base e apoio popular.

De acordo com o MCCE, dados recentes apontam que as empresas lucram em média 850% em campanha políticas no Brasil. Ou seja, de cada 1,00 real ‘investido’ em campanha o tal apoiador obtém, de retorno, 8,5 reais até o final do presente mandato. Como se vê, na prática, o apoiador é um financiador de campanha. Pela proposta, o financiamento deve ser público, mas o cidadão poderá doar até R\$700. Assim, a proposta apresentada pelo PEL diz não ao financiamento de campanhas eleitorais por empresas.

Paralelo ao projeto de iniciativa popular e outras manifestações de movimentos sociais em todo o País, a Câmara dos Deputados aprovou a legalidade do financiamento empresarial de campanha, a partir de “doações” aos partidos políticos. Na prática, legislando em causa própria, uma vez que a maioria dos atuais parlamentares vai tentar se reeleger aos próximos mandatos e, pois, se homologar tal decisão, será diretamente beneficiado pela própria decisão legislativa.

Importante ressaltar que a campanha ‘Devolve Gilmar’, promovida pelos movimentos populares, exige a retomada do julgamento do projeto que propõe o fim do financiamento privado de campanhas políticas. O referido processo, de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pede o fim do financiamento eleitoral das campanhas no País foi retirado da pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ministro Gilmar Mendes para uma suposta reavaliação.

De acordo com esta ação promovida pelos movimentos (sob coordenação da OAB), o ministro está atrasando o julgamento do fim do financiamento de empresas às campanhas eleitorais, uma das atuais demandas dos movimentos que defendem o Eleições Limpas. O atraso, de acordo com os movimentos, ultrapassa 420 dias (em agosto/2015) e, prazo regimental do STF, o ministro já deveria ter devolvido os autos há 366 dias.



Figura 1: Projeto Eleições Limpas e Reforma Política de iniciativa popular proposto pelo MCCE

Fonte: Brasil de Fato

REFORMA POLÍTICA

CONHEÇA AS PROPOSTAS PELA REFORMA POLÍTICA



	Financiamento das campanhas eleitorais	Sistema eleitoral	Igualdade da mulher	Democracia direta
Projeto de Iniciativa Popular 	Financiamento democrático: Doações individuais limitadas, + Fundo público Proibição das doações empresariais	Sistema proporcional de voto transparente : votação em dois turnos	Número igual de candidaturas para homens e mulheres em dois turnos	Aperfeiçoamento dos mecanismos de participação popular: referendo, plebiscito e facilitação de projetos de iniciativa popular
Comissão Especial Câmara dos Deputados 	Constitucionalização do Financiamento empresarial, com destinação aos partidos	Distritão	Não há proposta	Simplifica os projetos de iniciativa popular (500 mil assinaturas)

ACESSE NOSSO SITE E CONHEÇA A PROPOSTA NA ÍNTEGRA. DIVULGUE E ASSINE O PROJETO DE LEI.

 www.reformapoliticademocratica.org.br
 [/ReformaPoliticaDemocratica](https://www.facebook.com/ReformaPoliticaDemocratica)

Sua assinatura vai virar lei

©2015 Coalizão | Brasil

Figura 2: Propostas defendidas pela Reforma Política através do Projeto Eleições Limpas e as propostas defendidas pela PEC
 Fonte: Facebook Reforma Política Democrática e Eleições Limpas (www.facebook.com/ReformaPoliticaDemocratica)

Sociedade civil, campo político e expressão dos movimentos sociais

O PEL se torna, assim, ao mesmo tempo, uma estratégia de organização da sociedade civil no campo político, congregando entidades sindicais, estudantis, empresariais e de outros diferentes grupos que fazem parte do MCCE.

A adesão de tais organizações revela um pouco da complexa pluralidade que marca a sociedade civil no Brasil, neste início do século XXI. Neste sentido, Prado (2006: 199) lembra que “a partir do lugar de onde nos propomos pensar a questão das formas de inserção no espaço público e as (in) diferenciações identitárias, podemos entender os processos de identificação coletiva como constituintes de atores coletivos”. Assim, com o descrédito na representação política, considerando os vícios dos partidos tradicionais, setores da sociedade civil se articulam para dar voz e legitimidade às cobranças por melhorias nas políticas públicas como educação, segurança, saneamento e saúde.

A expansão e o redimensionamento do político sobre as esferas da vida social é vista, então, como a possibilidade de radicalização da democracia, dada tanto pelo reconhecimento do princípio de equivalência, portanto do reconhecimento das demandas por igualdade entre os grupos e segmentos sociais, como do princípio da diferença, ou seja, o reconhecimento de que particularidades podem, muitas vezes, revelar formas desconhecidas e múltiplas de opressão na constituição de ações contra-hegemônicas (Prado, 2006: 198)

Para Gohn (2005), o termo comunidade no Brasil é analisado em quatro momentos. O primeiro é a sociedade política, em que o uso político do termo comunidade foi utilizado nos anos 1950/60 através de políticas de desenvolvimento, como integração social das camadas pobres que vinham do meio rural para os centros urbanos. Os atores estavam na favela ou bairros pobres das periferias urbanas, com trabalho junto às lideranças da comunidade, objetivando modelos a serem seguidos.

O segundo momento foca a sociedade civil: em que comunidade é vista como espaço de mobilização e força social organizada. Os anos 1960/70 motivam a organização da sociedade civil contra o modelo excludente e concentrador de renda e a falta de expressão da sociedade civil frente o regime

militar. Nesse período, desenvolver a comunidade significava lutar pela igualdade de direitos sociais.

O terceiro momento foca comunidade e políticas públicas: a base de forças sociais teve grande destaque na metade dos anos 1980. Mudanças como redemocratização do Brasil, que projeta outros significados ao termo, como um campo multifacetado, nem público nem privado, em que se desenvolvem programas sociais que articulam novo associativismo civil, se destacando o terceiro setor.

O quarto momento seria comunidade como rediscussão da esfera pública: sistema de interação social. Trata-se da apropriação do termo como espaço de liberdade e de realimentação das utopias, com novas abordagens de esfera pública, onde a comunidade passa a ser vista e estudada como parcela da sociedade civil organizada, convocada a participar e interagir com os poderes constituídos, tendo força na interação. O Poder local exerce espaço de relação da sociedade civil com a sociedade política.

Para Raboy (2005: 182), o acesso à elaboração de políticas para a nova mídia global por meio da participação da sociedade civil em processos como a Cúpula Mundial da Sociedade da informação (WSIS) realizada em 2005, por exemplo, é importante. Para o autor, a pluralidade e a diversidade na mídia pode ser vista como facilitadora da participação dos cidadãos na vida pública. “As mudanças na forma em que a informação e o entretenimento são produzidos e distribuídos tem impacto no seu papel na sociedade”.

Casero (2010: 107) aponta que, no marco da comunicação política, os cidadãos e a sociedade civil ocuparam um papel passivo ante o protagonista assumido pelo sistema político e midiático. “O público estava renegado a ser um mero espectador, com pouca iniciativa e pouca margem de manobra que impossibilitava sua atuação e influência”, explica.

Para o autor, a marginalização dos cidadãos reflete-se em um modelo e esfera pública pensados por Sampedro, defendendo que a esfera pública nas sociedades atuais deve assumir um caráter dual: de um lado, composta por um espaço central, dotado da máxima visibilidade social e conectado ao processo de tomada de decisões, gerenciado por políticos e jornalistas. De outro lado, esferas públicas periféricas, formadas por coletivos da sociedade civil, dotados de pouca visibilidade e pouca capacidade de influência.

Este esquema evidencia que os cidadãos estão na periferia do sistema institucional e que possuem limitada competência para exceder

ação política. (...) Esta exclusão política da cidadania é uma das causas do atual cenário do descrédito com o compromisso cívico das sociedades (Casero, 2010: 107-108).

Neste sentido, Gohn (2005) aponta algumas mudanças e defende que, na esfera pública, são construídas novas formas de fazer política e projetam outros modelos de gestão pública, em que movimentos sociais e ONGs são parâmetros das diretrizes de órgãos internacionais, abrangendo multiculturalismo, diversidades, religiosas, raciais, étnicas.

Ao tratar de movimentos sociais, Gamson (2011) destaca que, desde 1980, estudos acadêmicos na área já discutem a formação da consciência política, focando os enquadramentos de ação coletiva. Para Gamson, questões de consciência política unem o estudo dos movimentos sociais e da mídia, mas ainda não há consenso como se dá essa interferência na formação da opinião pública nos assuntos do campo político. Para ele, há relação entre o produto final e as opiniões expressadas pela sociedade civil.

Grande parte dos estudantes de opinião pública assume que esse discurso da mídia reflete-se de alguma forma nas atitudes das pessoas, mas esses estudiosos teriam dificuldade de especificar como o discurso acerca dessas questões se manifesta no pensamento e na fala das pessoas. O discurso da mídia não é o único recurso que a maioria das pessoas utiliza para construir sentido sobre questões políticas. Diante da cacofonia do estardalhaço da mídia, da sabedoria popular e do conhecimento vindo de suas próprias experienciais, se e como elas produzem sentido disso tudo permanece um grande mistério (Gamson, 2011: 11).

O autor considera que há um espaço de disputa cultural e de interpretação aliado aos meios de comunicação e que a consciência política emerge desses dois níveis.

Em vez de pensar neles (veículos de comunicação) como estímulos aos quais os indivíduos respondem, deveríamos pensar como espaço de uma complexa disputa simbólica em que a interpretação irá prevalecer. Esse sistema cultural encontra indivíduos pensantes e a consciência política emerge do entrecruzamento desses dois níveis (Gamson, 2011: 11).

O juiz Márton Reis, membro e fundador do MCCE, um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa e da Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, sinaliza, por exemplo, a evolução do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. No início, havia cinco pessoas, que participaram da primeira reunião e, 13 anos após a fundação, o Movimento conta com 112 entidades através da Coalização.

Foi uma longa jornada até aqui, sei que não vai parar tão cedo, mas nós evoluímos muito do ponto de vista organizativo, mobilizacional. O MCCE expandiu muito os contatos, desde que nasceu em 2002, como fruto da conquista da Lei 9840. Mas lembro-me bem da primeira reunião do MCCE, em que éramos cinco pessoas, hoje, são 54 entidades nacionais participando do Movimento e o MCCE ainda se articula com outras em um total de 112 entidades para promover o Projeto da Coalização Democrática. É uma experiência muito interessante de organização em rede e nós ficamos felizes dos objetivos alcançados até agora e também com as perspectivas de conquistas futuras (Reis, 2015).

Para Peruzzo (2011: 16), a mídia massiva comercial passou a disponibilizar mais espaço para assuntos antes restritos aos meios alternativos e comunitários, favorecendo, de acordo com a autora, temas ligados à cidadania, ao desenvolvimento social e cultural: “o movimento popular passa a marcar sua presença tanto de forma individual como grupal, quando suas propostas passam a sensibilizar e a permear a programação da mídia, embora nem sempre de forma favorável ao mesmo”.

A comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum ao protagonista do processo (Peruzzo, 2004: 50).

Peruzzo define que há outras dimensões do popular, como popular-alternativo, movimentos sociais nos processos de lutas por direitos de cidadania; popular-folclórico, com manifestações culturais tradicionais e genuínas do povo presentes em manifestações de folkcomunicação; e popular-

massivo, permeando a mídia privada que pode manifestar-se nas perspectivas culturalista, popularesca e de utilidade pública. Esta última perspectiva no sentido de trazer conteúdo informativo ou motivacional esclarecendo ou mobilizando socialmente, como se pode situar o Projeto Eleições Limpas e sua perspectiva de divulgação social.

Pesquisa empírica

Hoje, pode-se dizer que há uma nova forma de consumir e de produzir conteúdos midiáticos. A internet evidencia-se como crescente espaço de divulgação informacional (verídicas ou não), mas que pode pautar sistematicamente os veículos de comunicação, também a partir da ênfase no interesse público.

Casero (2010: 109) lembra que, em casos de insatisfação popular, a web 2.0 pode ser entendida como o conjunto de tecnologias vinculadas à internet, permitindo aos usuários protagonizar e controlar seus próprios processos de comunicação graças à interatividade: “o caráter social abre caminho para uma redefinição da cidadania no campo da comunicação política, colocando em situação de igualdade o emissor e receptor, permitindo a este intervir no debate público”.

As ferramentas da web permitem um empossarem o público nos assuntos políticos, passando de passivos à ativos através de blogs, fóruns de discussões, vídeos, fotografias, redes sociais. (...) Esse novo cenário de cidadania permitido pela web, pode desencadear ações na esfera pública e na dinâmica política, trazendo transformações na comunicação (Casero, 2010: 112)

Márlon Reis (2015) acredita que, no caso do PEL e demais discussões sobre a reforma política por iniciativa popular, a internet é uma grande aliada do MCCE.

Nossa grande aliada é a internet. Os meios de comunicação ajudam indiretamente, mas não têm nenhum que esteja diretamente cobrindo as nossas ações. Embora, eu deva fazer um registro, por questão de justiça, que no último final de semana (considerando 24 de maio), o jornal O Estado de Minas publicou uma excelente matéria sobre o Eleições

Limpas, falando de todos os detalhes, do estágio em que se encontra. O que foi positivo. Mas não há dúvida que o nosso grande veículo de disseminação de ideias é a internet. As redes sociais são nossa principal forma de comunicação de ações (Reis, 2015).

O recorte temporal empírico para este artigo considera maio de 2015, por se tratar do mês em que a reforma política foi discutida e votada no Congresso Nacional. Para análise, foram considerados os sites Adital, *Brasil de Fato*, Fórum Nacional de Democratização da Mídia (FNDC), Pulsar Brasil e *Revista Fórum*, por trazerem conteúdos relacionados a movimentos sociais em suas descrições. Utilizou-se filtro nos títulos dos materiais para verificar o agendamento, com as palavras Eleições Limpas, Reforma Política e Financiamento.

O mapeamento temático toma por base categorias como Título, Fonte/Data, Formato Editorial, Produção Editorial, Gancho/Foco, Número Fontes. O campo destinado ao Formato Editorial trabalha nos quadros com a seguinte nomenclatura: (R) Reportagem, (NI) Nota Informativa, (ED) Entrevista Direta, (AE) Artigo/Ensaio, (D) Documento, (V) Vídeo com conteúdo sobre o PEL e (VA) Vinheta áudio.

TÍTULO	FONTE/ DATA	PRODUÇÃO EDITORIAL	FORMATO EDITORIAL	GANCHO/ FOCO	NÚMERO FONTES
Textos combatendo a reforma política e acusando a Conferência dos Bispos são distribuídos ¹	Adital 05.05.2015	Adital	R	CNBB e Reforma Política	1
Assinaturas para o projeto popular de reforma política serão entregues dia 20 de maio, no Congresso ²	Adital 08.05.2015	Rede Scalabriniana de Comunicação	R	Entrega assinaturas Reforma Política no Congresso	2

Momentos decisivos: brasileiros saem às ruas pela reforma política democrática ³	Adital 20.05.2015	Adital	R	Reforma Política	2
Rejeitado financiamento empresarial de campanhas ⁴	Adital 27.05.2015	Adital	A/E	Financiamento empresarial de campanhas	-
Reforma Política Democrática e Eleições Limpas: a luta continua! ⁵	Adital 27.05.2015	Adital	D	Reforma Política	-
Ignorando repúdio popular deputados aprovam financiamento empresarial de campanha ⁶	Adital 28.05.2015	Adital	R	Financiamento empresarial de campanhas	2
Entidades preparam dia em defesa da reforma política ⁷	<i>Brasil de Fato</i> 07.05.2015	Vermelho	NI	Reforma Política	2
Entidades preparam dia em defesa da reforma política ⁸	<i>Brasil de Fato</i> 07.05.2015	Vermelho	NI	Reforma Política	1
Deputados querem manter financiamento empresarial em campanha ⁹	<i>Brasil de Fato</i> 14.05.2015	Agência Câmara	NI	Financiamento empresarial	-

Caminhada em Brasília marca repúdio de movimentos a parecer da reforma política ¹⁰	<i>Brasil de Fato</i> 20.05.2015	RBA	R	Movimentos e Reforma Política	2
PMDB quer aprovar 'lei do mais rico' na reforma política ¹¹	<i>Brasil de Fato</i> 21.05.2015	<i>Brasil de Fato</i>	R	PMDB e Reforma Política	4
Sessão extraordinária da Câmara dos Deputados vota Reforma Política de Eduardo Cunha ¹²	<i>Brasil de Fato</i> 26.05.2015	<i>Brasil de Fato</i>	R e V	Cunha e Reforma Política	4
“O distritão é o boi de piranha. O que o PMDB quer é garantir o financiamento empresarial de campanha” ¹³	<i>Brasil de Fato</i> 26.05.15	<i>Brasil de Fato</i>	ED	Financiamento campanhas	-
Financiamento privado de campanha é derrotado na Câmara ¹⁴	<i>Brasil de Fato</i> 27.05.15	<i>Brasil de Fato</i>	R	Financiamento campanhas	3
Manobra de Cunha prevalece e Câmara aprova financiamento privado para empresas ¹⁵	<i>Brasil de Fato</i> 28.05.15	RBA	R	Financiamento campanhas	4
Financiamento empresarial: confira o voto de cada deputado ¹⁶	<i>Brasil de Fato</i> 28.05.15	<i>Brasil de Fato</i>	NI	Financiamento campanhas	-

Após golpe de Cunha, proposta de reforma política ainda tem longo caminho no Congresso ¹⁷	<i>Brasil de Fato</i> 29.05.2015	<i>Brasil de Fato</i>	R	Cunha e Reforma Política	3
Deputados rejeitam emendas de financiamento privado e distritão ¹⁸	FNDC 27.05.2015	Rede Brasil Atual	R	Distritão e Reforma Política	4
Câmara rejeita financiamento empresarial de campanha ¹⁹	FNDC 27.05.2015	Carta Capital	R	Financiamento campanhas	3
Cunha é derrotado na farsa da reforma política com financiamento empresarial ²⁰	FNDC 27.05.2015	CUT	R	Cunha e Reforma Política	2
Reforma Política avança com pouca participação popular ²¹	Pulsar Brasil 13.05.2015	Carta Capital	NI	Reforma Política e participação popular	-
Coalizão pela Reforma Política vai às ruas contra a corrupção e o financiamento de campanhas por empresas ²²	Pulsar Brasil 19.05.2015	Pulsar Brasil	NI e V	Coalizão pela Reforma Política e características da Reforma	2
Reforma política tem comissão cancelada e vai a plenário com voto relator ²³	Pulsar Brasil 26.05.2015	Carta Capital	R	Reforma Política do Congresso e	2

Câmara rejeita distrito e financiamento privado na Constituição ²⁴	Pulsar Brasil 27.05.2015	RBA	NI	Câmara e financiamento campanhas	-	
Na contramão da Reforma Política Popular, Câmara aprova financiamento privado para empresas ²⁵	Pulsar Brasil 28.05.2015	RBA	R	Reforma Política do Congresso e financiamento de campanhas	1	
Sem cotas para mulheres, bancada feminina se nega a votar reforma política ²⁶	<i>Revista Fórum</i> 21.05.2015	Agência Estado	R	Mulheres e Reforma Política	2	
Movimentos já têm 650 mil assinaturas para projeto popular da Reforma Política ²⁷	<i>Revista Fórum</i> 21.05.2015	<i>Revista Fórum</i>	R	Movimentos e Reforma Política	5	
Reforma Política: a proposta da Câmara e o que quer a sociedade ²⁸	<i>Revista Fórum</i> 22.05.2015	<i>Revista Fórum</i>	R	Características Reforma Política	7	
Deputados rejeitam distrito; financiamento de campanhas é discutido agora ²⁹	<i>Revista Fórum</i> 26.05.2015	<i>Revista Fórum</i>	NI	Reforma política	-	
Câmara rejeita incluir na Constituição financiamento empresarial de campanhas ³⁰	<i>Revista Fórum</i> 27.05.2015	<i>Revista Fórum</i>	NI	Financiamento campanhas	-	

O contragolpe de Eduardo Cunha: Câmara aprova o financiamento empresarial a partidos ³¹	<i>Revista Fórum</i> 27.05.2015	<i>Revista Fórum</i>	NI	Financiamento campanhas	-	
Chico Alencar: a Reforma Política que não há ³²	<i>Revista Fórum</i> 28.05.2015	<i>Revista Fórum</i>	A/E	Reforma Política	-	
Deputados são flagrados assistindo à pornografia durante discussão da reforma política na Câmara ³³	<i>Revista Fórum</i> 28.05.2015	SBT	NI e V	Reforma política	-	
70% dos deputados da Lava Jato apoiaram emenda do financiamento empresarial de campanhas ³⁴	<i>Revista Fórum</i> 28.05.2015	<i>Revista Fórum</i>	NI	Financiamento campanhas	-	
Saiba quais deputados mudaram seus votos sobre o financiamento empresarial de campanhas ³⁵	<i>Revista Fórum</i> 28.05.2015	<i>Revista Fórum</i>	NI	Financiamento campanhas	-	

Quadro 1: Títulos Eleições Limpas, Reforma Política, Financiamento (Maio/2015)

1- www.site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=84910&langref=PT&cat=118

2- www.site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&prevlang=ES&prevprevlang=PT&cod=84958

3- www.site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=85097

4- www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=PT&img=N&cod=85185

5- www.site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=85187&langref=PT&cat=

6- www.site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cat=&cod=85199

7- www.brasildefato.com.br/node/32000

8- www.brasildefato.com.br/node/32000

9- www.brasildefato.com.br/node/32053

10- www.brasildefato.com.br/node/32090

11- www.brasildefato.com.br/node/32100

12- www.brasildefato.com.br/node/32129

- 13- www.brasildefato.com.br/node/32136
- 14- www.brasildefato.com.br/node/32136
- 15- www.brasildefato.com.br/node/32148
- 16- www.brasildefato.com.br/node/32149
- 17- www.brasildefato.com.br/node/32166
- 18- www.fndc.org.br/clipping/deputados-rejeitam-emendas-de-financiamento-privado-e-distritao-941553/
- 19- www.fndc.org.br/clipping/camara-rejeita-financiamento-empresarial-de-campanha-941551/
- 20- www.fndc.org.br/clipping/cunha-e-derrotado-na-farsa-da-reforma-politica-com-financiamento-empresarial-941552/
- 21- www.brasil.agenciapulsar.org/mais/politica/brasil-mais/reforma-politica-avanca-com-pouca-participacao-popular/
- 22- www.brasil.agenciapulsar.org/mais/politica/brasil-mais/coalizacao-pela-reforma-politica-vai-as-ruas-contr-a-corrupcao-e-o-financiamento-de-campanhas-por-empresas/
- 23- www.brasil.agenciapulsar.org/mais/politica/brasil-mais/reforma-politica-tem-comissao-cancelada-e-vai-a-plenario-com-novo-relator/
- 24- www.brasil.agenciapulsar.org/mais/politica/brasil-mais/camara-rejeita-distritao-e-financiamento-privado-na-constituicao/
- 25- www.brasil.agenciapulsar.org/mais/politica/brasil-mais/na-contramao-da-reforma-politica-popular-camara-aprova-financiamento-privado-para-empresas/
- 26- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/sem-cotas-para-mulheres-bancada-feminina-se-nega-a-votar-reforma-politica/
- 27- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/movimentos-ja-tem-650-mil-assinaturas-para-projeto-popular-de-reforma-politica/
- 28- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/reforma-politica-a-proposta-da-camara-e-o-que-quer-a-sociedade/
- 29- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/deputados-rejeitam-distritao-financiamento-de-campanhas-e-discutido-agora/
- 30- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/camara-rejeita-incluir-na-constituicao-o-financiamento-empresarial-de-campanhas/
- 31- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/a-reforma-politica-que-nao-ha/
- 32- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/a-reforma-politica-que-nao-ha/
- 33- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/deputados-sao-flagrados-assistindo-a-pornografia-durante-discussao-da-reforma-politica-na-camara/
- 34- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/70-dos-deputados-da-lista-da-lava-jato-apoiaram-emenda-do-financiamento-empresarial-de-campanha/
- 35- www.revistaforum.com.br/blog/2015/05/saiba-quais-deputados-mudaram-seus-votos-sobre-financiamento-empresarial-de-campanha/

Considerações Finais

A pesquisa encontrou 35 materiais produzidos no mês de Maio de 2015. Dos cinco sites, todos agendaram o assunto, utilizando as palavras Eleições Limpas, Reforma Política, Financiamento, distribuídos da seguinte forma: *Brasil de Fato* com 11 referências, *Revista Fórum* com 10, Adital com 6, Pulsar Brasil com 5, FNDC com 3. A amostragem não levou em consideração clipping entre os sites mapeados, apenas clipagem com outros portais, para não gerar duplicidade na amostra.

Dos 35 materiais, *Brasil de Fato* publicou 11: 6 Reportagens, 4 Notas Informativas e 1 Entrevista Direta. “Sessão extraordinária da Câmara dos Deputados vota Reforma Política de Eduardo Cunha” enquadrou-se em Reportagem e Nota Informativa; sendo que 5 materiais são advindos de clipagem.

A *Revista Fórum* publicou 10 materiais: 6 Notas Informativas, 3 Reportagens, 1 Vídeo e 1 Artigo/Ensaio. “Deputados são flagrados assistindo à pornografia durante discussão da reforma política na Câmara” enquadrou-se em Nota Informativa e Vídeo. Dos materiais, 2 vieram de clipping. A Adital publicou 6 materiais, sendo 4 Reportagens, 1 Artigo/Ensaio e 1 Documento. Dos materiais, apenas 1 veio por clipping.

A Pulsar Brasil publicou 5 materiais: 3 Notas informativas, 2 Reportagens e 1 Vídeo. “Coalizão pela Reforma Política vai às ruas contra a corrupção e o financiamento de campanhas por empresas” enquadrou-se em Nota Informativa e Vídeo. Desses, quatro vieram de clipping. Já o FNDC publicou 3 materiais, todos Reportagens e de clipagem.

O Formato Editorial predominante durante o mês de Maio de 2015 foi Reportagem com 18, Notas Informativas com 13, Artigo/Ensaio com 2, Vídeo com 2, Entrevista Direta com 1 e Documento 1. Apenas Vinheta Áudio não foi encontrada na amostra do mês. Dos materiais, três foram enquadrados em mais de uma classificação, totalizando 37 Formatos.

A média ficou em duas fontes por material, com destaque para “Reforma Política: a proposta da Câmara e o que quer a sociedade” com 7 fontes, por exemplo. A coleta também teve materiais com 5 e 4 fontes, ultrapassando o número médio dos demais meses contemplados pelo estudo proposto. As fontes utilizadas foram presidentes (ou representantes) de entidades e movimentos citados, membros de partidos políticos e dirigentes do MCCE e

Coalização da Reforma Política Democrática. Nota-se que no mês observado (maio/15) foram utilizadas várias fontes como deputados, senadores e membros do MCCE, entre as quais o porta-voz Márton Reis. Os ganchos editoriais foram direcionados ao financiamento de campanhas e o ‘Distritão’ votado no Congresso Nacional. E, portanto, destacam-se nos materiais divulgados comparações entre a versão da reforma discutida no congresso e o projeto Eleições Limpas.

Vale considerar que, mesmo da perspectiva do congresso nacional, o assunto continua em pauta. Tanto que, em 02/09/2015, o Senado Federal votou contra a doação de empresas às campanhas eleitorais, com 36 votos favoráveis contra 31. E, enquanto isso, na Câmara dos Deputados, foi aprovado o repasse de dinheiro de pessoas físicas aos partidos e candidatos, com doação limitada ao total de rendimentos tributáveis do ano anterior à transferência dos recursos. Normas que fazer parte da reforma política reunida no PLC 75/2015.

Daí porque, ainda que seja aprovado em uma das duas casas legislativas – que, para se tornar lei, uma proposta deve ser adesão de ambas –, a situação revela diversos indicadores que, ao mesmo tempo em que uma parcela expressiva dos atuais parlamentares federais brasileiros insistem em votar pelo auto-benefício (na velha lógica do “legislar em causa própria”), a dimensão polêmica do assunto deve registrar outros embates e etapas. É nesta perspectiva que o MCCE aposta no apoio popular, através de assinatura, ao projeto Eleições Limpas.

Ao presente artigo, que aqui encerra, interessa analisar, a partir da produção de materiais jornalísticos produzidos por sites ligados a movimentos sociais, o Eleições Limpas em seu respectivo potencial de articulação agregadora de setores da sociedade civil brasileira em torno de um assunto que, há décadas envolve o campo político brasileiro: a necessária mudança de estruturas viciadas do sistema de representação política eleitoral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cardoso, G. (2009). “Da comunicação de massa para a comunicação em rede”. In Cardoso, G; Cádima, F. R; Cardoso, L.L. *Media, redes e comunicação: futuros presentes*. Lisboa: Quimera Editores.

Casero, A. (2010) “El despertar del público? Comunicación política, ciudadanía y web 2.0”. In Vicente, M. M; Rothberg, D. (orgs.). *Meios de comunicação e cidadania*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

Gamson, W. (2011) *Falando de política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Gohn, M. G. (2005) “Comunidade: origens, ressignificações e articulações com o poder local no século XXI” In Souza, M. A; Costa, L. C. (orgs.). *Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI*. Ponta Grossa: Ed. UEPG.

Peruzzo, C. (2011) “Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor” In Barbalho, A; Fuser, B; Cogo, D. (orgs.). *Comunicação e cidadania: questões contemporâneas*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

Peruzzo, C. (2004) “Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania” In Oliveira, M. J. (org.). *Comunicação Pública*. Campinas: Alínea.

Prado, M. A. M. (2006) “Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo”. In Maya, R; Castro, M. C. (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG.

Raboy, M. (2005) “Mídia e democratização na sociedade da informação”. In Melo, M; Sathler, L. (orgs.) *Direitos à comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo: UMESP.

Reis, M. (2015) *Entrevista exclusiva*. Concedida à jornalista Thaís Helena Ferreira Neto Oliveira. Ponta Grossa: 26 de maio de 2015.

Adital. Disponível em: www.adital.org.br. Acesso em 18 de fevereiro de 2015.

Fórum Nacional de Democratização da Comunicação. Disponível em: www.fndc.org.br. Acesso em 18 de junho de 2015.

Jornal Brasil de Fato. Disponível em: www.brasildefato.com.br. Acesso em 18 de junho de 2015.

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Disponível em: www.mcce.org.br. Acesso em 02 de agosto de 2015.

Portal Brasil. Disponível em: www.brasil.agenciapulsar.org. Acesso 18 de junho de 2015.

Reforma Política Democrática e Eleições Limpas. Disponível em: www.reformapoliticademcratica.org.br. Acesso em 02 de agosto de 2015.

Revista Fórum. Disponível em: www.revistaforum.com.br. Acesso 18 de junho de 2015.

OLIVEIRA THAÍS HELENA FERREIRA NETO

Jornalista, mestranda em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
thais Helenafene@gmail.com

GADINI SÉRGIO LUIZ

Dr. em Comunicação, professor e atual coordenador do Programa de Mestrado em Jornalismo da
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). slgadini@uepg.br